

# Segurança no Mediterrâneo: problemas e soluções

João Gabriel Rucha-Pereira\*

**Introdução:** Na altura em que estamos a escrever este artigo, aconteceu mais uma tragédia ao largo da costa sul de Itália. Na madrugada de Domingo, 26 de Fevereiro de 2023, uma embarcação frágil de madeira, com 180 a 200 migrantes a bordo, vindos da margem Sul do Mediterrâneo, embateu nas rochas, ficando totalmente destruída. Este naufrágio poderá ter feito mais de 100 mortos, dado que ainda há pessoas desaparecidas. Estas informações foram divulgadas pelas autoridades italianas, as quais referem que já foram encontrados 62 mortos, entre os quais 12 crianças. Os sobreviventes ficaram muito traumatizados e algumas das crianças perderam toda a família. Ninguém faz uma viagem destas, com crianças, nesta época do ano, se não for por desespero total, por não terem alternativas nos seus países de origem. Muitas destas pessoas, aliciadas por traficantes de seres humanos e com a falta de informação, não têm consciência dos perigos que vão encontrar.

Segundo as estatísticas feitas pela União Europeia (EU), foram registados 26 mil mortos no Mediterrâneo, nos últimos dez anos, sem contar com as cifras negras. Nos dois primeiros meses de 2023 foram registadas 225 mortes, sem registar as 62 mortes atrás referidas. Todos os anos acontecem várias ondas migratórias, que dão origem a estas tragédias.

**Problemas:** O que leva as pessoas a abandonar os seus países e a vir para a Europa? A resposta pode estar na insegurança e instabilidade no Norte de África, provocadas por diversos problemas: corrupção, epidemias, vulnerabilidade às alterações climáticas, pressão demográfica em África, inflação galopante, tensões étnicas, conflitualidade, criminalidade organizada, desvio de recursos naturais, instabilidade política e social em múltiplos cenários, ingerência de países estrangeiros, tráfico de droga e delinquência, grupos insurgentes, movimentos terroristas e a actuação dos grupos jihadistas, a violência diversa e o banditismo, Estados falhados e/ou enfraquecidos com falta de soberania, falta de segurança e controlo, má influência de actores externos, milícias armadas, tráfico de armas e munições, bem como a venda descontrolada das mesmas no mercado negro. Estas armas, na sua maioria, são provenientes dos Estados Unidos da América, França, Rússia, entre outros. A falta de controlo no tráfico de armas ligeiras de pequeno calibre e até de guerra, bem como das munições, ajuda à sua proliferação. Por outro lado, a falta de oportunidades para uma vida digna, a pobreza extrema em que vive uma grande parte da população e o aliciamento constante feito pelos traficantes de seres humanos, que prometem tudo, favorecem a sua vinda para a Europa.

A chamada “Primavera Árabe”, após as revoluções de 2011, bem como o fracasso dos vários processos de democratização, em diversos países, levou o Norte de África a mudanças sociais, políticas e geopolíticas, com novas lutas de poder, que tiveram influência na vida e na segurança das populações. Actualmente, a grande prioridade da Europa e dos EUA é a guerra na Ucrânia. Perante a dependência energética da Rússia, o Ocidente tem vindo a adoptar uma nova Geopolítica Energética em tempos de Guerra, pelo que o Norte de África passou a ter mais importância para a segurança energética da Europa (Fabiani, 2023).

Segundo Gilles Kepel (2021), citado por Rui Cardoso: “o Mediterrâneo e suas margens tornaram-se desde 2020 na região mais explosiva do mundo. A pandemia e a baixa do petróleo destruíram de vez a ordem geopolítica saída da I Guerra Mundial”. Se adicionarmos a luta pela água potável, que vai originar as guerras do futuro, os problemas aumentam.

A taxa de fertilidade em África é de 4,1 e na Europa é de 1,6. Esta pressão demográfica associada ao facto de 80% dos deslocados no mundo, onde se inclui o Norte de África, serem afectados pela insegurança alimentar, subnutrição e fome, também tem grande influência nas populações, com o conseqüente aumento de insegurança nesta região.

**Conceito de Segurança:** Segurança deriva da palavra latina «sine cura», que significa «sem preocupação» e baseia-se numa ideia de tranquilidade e de ausência de perigo, o que não acontece no Norte de África. Esta ideia acaba por ter um forte significado no senso comum. Este conceito de segurança assenta numa sensação de perigo para as pessoas e para o seu património. Assim, um lugar é inseguro quando apresenta uma determinada concentração de risco e perigo, ou seja, algum índice de perigosidade (Rucha-Pereira, 2010), como é o caso da margem sul do Mediterrâneo. A palavra segurança pode ainda estar relacionada com o estado de ânimo do indivíduo e no modo como este percebe a realidade que o rodeia e se relaciona com ela. Desta forma, um local é inseguro para uma certa pessoa que o frequenta, quando ela percebe o perigo e o risco, mesmo que esse risco efectivamente não esteja presente. O termo segurança está conectado com as medidas e os recursos utilizados para garantir às pessoas a sensação de segurança, objectiva e subjectivamente, pelo que o aparato policial e os media, têm influência directa ou indirecta nesta sensação. Como sabemos e já foi referido, uma grande parte destas populações não têm acesso aos media, nem às notícias sobre os riscos provenientes destas travessias. Esta ignorância é convenientemente aproveitada pelos traficantes de seres humanos, como já foi referido.

Existem actualmente três questões, que se debatem em sociedade, relacionadas com a noção de segurança e insegurança: a segurança objectiva interligada com o baixo índice de criminalidade, a segurança subjectiva relacionada com o baixo nível de insegurança e a resposta institucional dada a esta necessidade de segurança. São necessárias mais respostas por parte do Estado aos Cidadãos, que reclamam cada vez mais por esta noção de segurança subjectiva (Rucha-Pereira, 2010), o que não acontece no Norte de África, dado que os Estados não investem em segurança. Com o colapso da antiga URSS e o subsequente final da Guerra Fria, nos anos de 1989 a 1991, a segurança passou de novo a ser o centro de todas as atenções, alterando o conceito de segurança dos cidadãos. Os estudos que tinham sido feitos sobre a chamada segurança tradicional foram ultrapassados, dado que estavam concentrados, quase em exclusivo, na hipótese de um possível conflito entre as duas superpotências da época, os EUA e a URSS (Sousa & Fernandes, 2002).

**Objectivos da Política de Segurança:** Os principais objectivos da política de segurança são a prevenção da criminalidade e a redução da insegurança. A segurança também deve ser vista como um estímulo económico. No que diz respeito à política de segurança, é importante que se faça uma distinção entre as políticas de prevenção da criminalidade e as políticas de redução da insegurança. O conceito de insegurança sobrepunha-se sempre à política de combate à criminalidade, todavia há uma mudança na mentalidade, já que quando se fala no medo da criminalidade, não se liga este tema à noção de segurança. Esta é pelo menos a opinião de muitos dos investigadores que se dedicam ao estudo destas áreas. Em criminologia, o medo da criminalidade é um dos objectos de estudo. As pesquisas sobre o medo da criminalidade foram efectuadas pela primeira vez nos EUA na década de 60. Na realidade, os primeiros estudos efectuados relacionam o “Sentimento de Insegurança” das pessoas com a difusão das notícias sobre a criminalidade (Rucha-Pereira, 2010). É este sentimento de insegurança e a pobreza extrema, que leva muitas pessoas a fazer a travessia para a Europa, à procura de uma vida melhor.

Alguns estudos referem, como exemplo, existirem mais receios de insegurança por parte das mulheres e das pessoas mais idosas, ou seja, mais frágeis, do que em outra categoria de pessoas, mesmo que estas não estejam expostas a factores de risco ou de perigo. Outras pesquisas incidiram sobre a personalidade das pessoas e a sua interligação com os factores de segurança e insegurança. O resultado destas pesquisas sobre o medo da criminalidade pode ser sintetizado em duas frases: não é dentro de um espaço com baixa taxa de criminalidade que as pessoas se sentem mais seguras, de um ponto de vista subjectivo, nem é ponto assente

que as pessoas que tiveram um incidente com a criminalidade se sintam menos seguras que as outras, que nunca o tiveram. Destes indicadores, resulta uma ideia a ser ponderada pelos estudiosos da Segurança e da Psicologia Criminal, a redução do nível de criminalidade num território não basta para dar às pessoas, que nele vivem, a sensação de segurança. Uma solução seria ampliar o raio de acção a todas aquelas situações, que nada têm a ver com a criminalidade, mas que provocam insegurança, como, por exemplo, o efeito provocado pelos media e a ausência de policiamento de proximidade em geral (Hale, 1983). Na verdade, sabemos que nos países do Sul do Mediterrâneo não existe um policiamento adequado e muito menos um policiamento de proximidade, pois o sentimento de insegurança não se resume unicamente a uma criação artificial. Existem vários factores que contribuem para a insegurança, que é maior nas populações mais carenciadas e mais vulneráveis, como é o caso das mulheres, dos idosos e das crianças. A insegurança é um sentimento, que pode levar à ansiedade, ao medo, ao pânico e ao terror. O crime e o terrorismo são fenómenos geradores de grande insegurança (Rucha-Pereira, 2010). Tudo este contexto e a esperança de uma vida melhor, contribui para a motivação necessária às migrações.

**Factores de Segurança e Insegurança:** são numerosos os estudos efectuados em diversos países sobre vários factores que influenciam os índices de segurança, considerando que, a relação entre a criminalidade e o medo da criminalidade é complexa, e que os resultados obtidos pelos investigadores deste tema são controversos. A atenção dos estudiosos desta área incide sobretudo em três factores: a vulnerabilidade pessoal, a civilidade ou a incivilidade e a eficácia colectiva. O medo da criminalidade varia segundo o género humano (masculino ou feminino) e as suas idades. As mulheres mostram muitas vezes mais insegurança que os homens, assim como as pessoas idosas, que se sentem mais inseguras que os jovens e as crianças mais inseguras que os adultos. Outros estudos mostram que a condição socioeconómica dos sujeitos influi na sua sensação de segurança. Os que habitam os chamados «guetos» urbanos, ou perto deles, são mais inseguros do que as pessoas que habitam em condomínios privados. Esta diferença está implicitamente relacionada com o conceito de vulnerabilidade e, alguns autores falam, a título de exemplo, em três tipos de vulnerabilidade: a física, que está relacionada com o estado de saúde de qualquer indivíduo; a social - sentir-se só e pouco integrado no ambiente onde vive e a económica - ser-se pobre, como é o caso do Norte de África, onde as pessoas são mais ou menos vulneráveis, conforme são afectadas por estes três tipos de vulnerabilidade. As pessoas que reúnem estes três tipos de vulnerabilidade são mais inseguras, porque sentem que ao serem vítimas de violência ou de

um acto criminal, isso pode reflectir-se nas suas vidas, dificultando a sua recuperação, nomeadamente quando não têm meios de subsistência e são atingidas pela fome. Outro exemplo são os idosos, porque dada a sua condição física, se sentem mais incapazes de reagir eficazmente em tempo útil, contra uma agressão a que foram sujeitos (Rucha-Pereira, 2010).

A relação entre o medo da criminalidade e a incivilidade, é definida como um comportamento indesejável, mas não criminal. Falamos de dois tipos de incivilidade: aquela que tem a ver com a desordem física, como edifícios em risco de ruir, carros abandonados, «*graffitis*» nos muros, falta de manutenção dos passeios públicos e a outra que tem a ver com desordem social, como o alcoolismo, a toxicodependência, a prostituição ou a incivilidade no trânsito. Segundo este estudo, a presença destes dois factores, a desordem física e social, provoca insegurança, tornando evidente a incapacidade do Estado e das Instituições Públicas, em resolver este problema no seu território (Rucha-Pereira, 2010).

A desordem constitui um indicador da crise que os sistemas políticos enfrentam, por não conseguirem ter um controlo social efectivo. As dificuldades sentidas pelas Instituições Públicas em proporcionarem uma qualidade de vida digna aos cidadãos, representa para os mesmos um alarme, porque tem no seu subconsciente a sensação de que o Estado não consegue garantir a sua segurança. Esta perspectiva, que relaciona a insegurança com a incivilidade, está a ser aplicada, de certa forma, em todo o mundo, como as teorias que defendem medidas de tolerância zero, que se baseiam na ideia de um combate sem tréguas, à desordem e aos comportamentos antissociais (Fenech, 2001). Estes problemas afectam actualmente as sociedades democráticas do mundo, devido a uma progressiva quebra de confiança nos sistemas judiciais e penais destes países, para a resolução destes problemas. É necessário, que se faça uma mudança na sociedade, relativa a estes aspectos (Hale, 1983). As ameaças nucleares, bacteriológicas e químicas, que podem estar ao serviço do terrorismo e dos Estados, são, também elas, um fenómeno gerador de insegurança (Rucha-Pereira, 2010). Actualmente, as ameaças nucleares feitas pela Rússia contra os países do Ocidente, consequentes da Guerra na Ucrânia, geram de sentimentos de insegurança.

**Soluções:** A Organização das Nações Unidas (ONU) tem feito um bom trabalho, em conjunto com a União Africana (UA), que pode ser melhorado, nomeadamente na Resolução de Conflitos. Concluimos que os métodos para a obtenção da Paz e a aplicação da Psicologia da Paz, bem como as formas de educar para a Paz, as técnicas, os Estilos de Gestão e/ou Resolução Pacífica e Cooperativa de Conflitos, devem ser adaptados aos contextos onde vão ser aplicados, tendo em consideração a zona geográfica, o contexto político, a região

envolvente, a cultura, a religião, as etnias, as características dos indivíduos (como o género, a idade e a educação), o ambiente social e comunitário dos mesmos. A forma como se faz a Resolução de Conflitos, não pode ser a mesma na América Latina, em África, nos Países Árabes, na Europa, no Médio Oriente ou na Ásia. Temos de analisar cada contexto local e fazer a mediação/negociação com os seus líderes, tendo em consideração os usos e costumes dessas comunidades. Não é aconselhável aplicar os mesmos métodos em comunidades tão diversas. Isso tem sido um erro constante na gestão civil e militar de crises, que não deveria ser repetido (Rucha-Pereira, 2016).

Dado que a Europa tem um défice demográfico e necessita de migrantes, devem ser criados corredores seguros de acesso à Europa, para evitar as entradas clandestinas e o tráfico de seres humanos, que resultam quase sempre em acidentes trágicos, que originam muitas mortes. Infelizmente, a União Europeia ainda não tem um consenso relativo às políticas migratórias, havendo ainda muito trabalho a fazer neste sentido, incluindo as políticas para a integração de migrantes, minimizando a diferença do desenvolvimento entre as duas margens do Mediterrâneo e diminuir a sua insegurança.

Acontece com frequência, após a retirada das forças de Paz, os conflitos voltarem a emergir, porque não foram utilizados os diversos métodos e técnicas de mediação/negociação apropriadas, nem foram analisadas as origens dos conflitos. O sucesso destas intervenções tem de passar pelo ensino de conceitos e técnicas apropriadas, nomeadamente a Educação para a Paz, o Desenvolvimento Comunitário e o *Empowerment*, as quais visam promover a participação das pessoas e comunidades na condução dos seus próprios destinos, bem como no desenvolvimento da qualidade da sua vida pessoal e colectiva (Rucha-Pereira, 2016). A Europa, nomeadamente a UE, deveria investir em África, através de acordos de cooperação com os diversos países, para minimizar os problemas de insegurança no Mediterrâneo.

As respostas e os métodos utilizados para um determinado conflito, não podem ser os mesmos para um conflito do presente ou do futuro, porque os contextos e as circunstâncias em que os mesmos ocorrem são diferentes. No entanto, estamos convictos de que uma Resolução Colectiva de Conflitos adequada, pode ser a semente para minimizar a violência e tentar que haja mais Paz a nível mundial (Crocker, Hampson & Aall, 2011), nomeadamente no Norte de África e na Europa.

A maioria das vezes não existe uma adequada Resolução Colectiva de Conflitos porque os principais actores, sobretudo os mais poderosos, são, de uma forma ou outra, influenciados

por pressões económicas e enfrentam uma agenda política de duração limitada em relação a temas como a identidade, a criação de emprego, o comércio, a saúde, o envelhecimento da população, as crises económicas e outros interesses que variam conforme os actores. Por isso, não usam as estratégias de *Peacekeeping* adequadas aos conflitos, nem se esforçam em criar as condições para manter uma Paz duradoura, agindo de acordo com os seus próprios interesses, como já foi referenciado anteriormente por vários autores (Crocker, Hampson & Aall, 2011; Last, 2003; Soros, 2008).

O controlo de armas e munições, o combate ao tráfico de seres humanos e ao tráfico de droga, a cooperação da Europa com o Norte de África, nomeadamente na Formação e na Educação para a Paz, com investimentos na ajuda pública e no desenvolvimento destes países, podem contribuir para a minimização e solução dos problemas já referidos.

As ideias e a criação de cenários para acabar com os problemas de insegurança no Mediterrâneo, podem ser uma utopia, mas sem ela, não é possível minimizar estes problemas. Jung Mo Sung (2002) refere que o ser humano é um ser biológico e simbólico, pelo que não pode viver sem esperança, sem sonhos e sem horizontes utópicos. Contudo, podem existir pessoas que vivam sem ter isso, mas, nestes casos, tornam-se insípidas e completamente infelizes. Todos precisamos de uma razão para viver.

Em conclusão, a Resolução Pacífica e Colaborativa de Conflitos, a Psicologia da Paz, a cooperação da Europa com a margem Sul do Mediterrâneo, com investimentos cirúrgicos e adequados, com o objectivo de melhorar as condições de vida das populações e diminuir os problemas, uma gestão correcta das migrações, podem ser fundamentais para minimizar a insegurança e dar um importante contributo para uma vida melhor.

Todos os povos do mundo merecem viver em Paz e em Segurança.

Este artigo não segue as regras do novo Acordo Ortográfico da língua portuguesa por opção do autor.

**João Gabriel Rucha-Pereira\***. Curso de Especialização “Geopolítica e Segurança no Mediterrâneo”, UAL.

\*Criminalista, Consultor Internacional de Segurança e Mediador de Conflitos. Doutorado em Psicologia, na especialidade de Psicologia Comunitária, Mestre em Psicologia Criminal e do Comportamento Desviante, Pós-graduado em Ciências Criminais, Pós-graduado em Mediação e Justiça Restaurativa. Trabalha na Prevenção do Terrorismo e da Criminalidade, a nível internacional, desde 1980. É consultor da NATO e da ONU, Investigador, Formador, Conferencista, Comentarista da TV, Professor Convidado da “Escola da Guarda” - “GNR - Guarda Nacional Republicana”, Formador das “Forças e Serviços de Segurança” e Professor Universitário Convidado. Membro dos mais prestigiados organismos nacionais e internacionais nas áreas da Criminologia, Investigação, Segurança e Direitos Humanos. Consultor de Segurança, desde 1980, de Governos e Parlamentos de diversos países para as áreas da Segurança, Prevenção do Terrorismo e da Criminalidade.

**Lisboa, 08 de Março de 2023**

## Referências Bibliográficas

### Bibliografia Citada:

- Crocker, C. A., Hampson, F. O., & Aall, P. (2011). Collective conflict management: A new formula for global peace and security cooperation? *International Affairs*, 87(1), 39-58.
- Fabiani, R. (2023). Geopolítica e segurança do Mediterrâneo. Conflitos, tensões e instabilidade no Norte de Africa.
- Fenech, G. (2001). *Tolerância zero. Acabar com a criminalidade e a violência urbana*. Mem Martins: Editorial Inquérito. (Original publicado em 2001).
- Hale, D. C. (1983). *Quality of life, fear of crime and the implications of foot patrol policing*. Ph. D. Dissertation. Michigan: Michigan State University.
- Kepel, G. (2021). *Le prophète et la pandémie*. Paris: Éditeur Gallimard.
- Last, D. (2003). From peacekeeping to peacebuilding. *Journal of Peace and Conflict Resolution*, 5(1), 1-8.
- Rucha-Pereira, J. G. (2016). Resolução de conflitos internacionais: Estudo com militares em *missões de paz* (Tese de Doutoramento em Psicologia, na área de especialização em Psicologia Comunitária, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa).
- Rucha-Pereira, J. G. (2010). *Perfis do terror – Dispositivos de interpretação comportamental na prevenção do terrorismo* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa).
- Soros, G. (2008). *A era da falibilidade – Consequências da guerra contra o terrorismo*. Coimbra: Edições Almedina. (Original publicado em 2006).
- Sousa, J. P., & Fernandes, C. T. (2002). *A segurança da Europa Ocidental: Uma arquitectura Euro-Atlântica multidimensional*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sung, J. M. (2002). *Sujeito e sociedades complexas: Para repensar os horizontes utópicos*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.